

Congresso pode ajudar devedor

Brasília — O Congresso americano poderia aprovar uma resolução recomendando aos principais bancos credores uma ampla pauta de medidas para aliviar o peso da dívida externa de países como o Brasil. A proposta foi feita recentemente pelo respeitado consultor econômico americano Norman Bailey, em depoimento no Comitê de Operações Estrangeiras do Congresso, e encontrou repercussão extremamente favorável no gabinete do ministro da Fazenda, Dílson Funaro.

O texto do depoimento de Bailey, de posse do ministro brasileiro, mostra que os argumentos defendidos por Funaro durante sua recente viagem pelos Estados Unidos, Europa e Japão encontraram ouvidos atentos. Bailey faz suas as críticas mais freqüentes que as autoridades econômicas brasileiras vêm formulando com insistência em relação à atuação dos bancos credores.

“Já passou há muito o tempo em que essa negligência criminosa por parte dos ignorantes, arrogantes e interessados poderia ser desculpada ou tolerada”, afirma Bailey, falando da atitude prevalescente entre governos e bancos credores desde a eclosão da crise de endividamento internacional, em setembro de 1982.

O resultado das estratégias convencionais de tratamento da dívida, acentua o respeitado especialista americano, foram quatro conse-

quências negativas: o comércio entre devedores e os Estados Unidos está distorcido e a capacidade de importação desses países consideravelmente afetada; a demanda doméstica nos países devedores está comprimida ou cedeu lugar a fortes tendências inflacionárias; os credores não retomaram voluntariamente os empréstimos para os devedores. Por último, onde o tratamento convencional foi aplicado à risca, o crescimento econômico foi marginal ou mesmo negativo.

Bailey considera chegada a “décima primeira hora”, numa alusão à urgência com que o problema da dívida deverá ser resolvido — mas não é. Ele considera que nenhuma das instituições financeiras multilaterais foi criada para lidar com uma situação desse tipo. O Fundo Monetário Internacional, que perdura sua razão de ser com a crise do sistema financeiro entre 1968 e 1973, especializou-se em lidar com crises de liquidez temporária de alguns países. Contudo, sua receita para os problemas atuais poderia ser comparada ao absurdo de ministrar aspirinas a um canceroso: produz-se uma sensação de alívio enquanto a doença progride. Por seu lado, o Banco Mundial pode ajudar, financiando projetos isolados de desenvolvimento, mas não tem condições de prover meios e formas de resolver crises estruturais.